



# A ESTRATÉGIA DO COMBATE À INFLAÇÃO

Ernane Galvêas

*Ministro da Fazenda*

**A** pesar de habituados a conviver com um processo inflacionário crônico, não há registro, a não ser no período de 1963/65, de inflação tão acelerada como a que vimos presenciando nos últimos tempos, sobretudo a registrada em 1979.

Vários são os fatores que contribuíram para elevar a inflação até o patamar alcançado em 1979: alta de preços de produtos importados, principalmente petróleo, frustrações de safras agrícolas decorrentes de problemas climáticos, crescimento acelerado da procura global de bens e serviços, proporcionado pela demarcação simultânea de grandes programas e projetos, tanto do setor público, quanto do setor privado.

Algumas dessas causas estiveram fora do controle do Governo, como são os casos da elevação dos preços de produtos cuja importação não podemos dispensar e da escassez de alimentos básicos gerada por adversidades climáticas sobre as atividades rurais. Esta última contribuiu para a importação de produtos agrícolas no valor de US\$ 1,5 bilhão, além de perdas estimadas em US\$ 1 bilhão, do lado das exportações.

Além disso, as pressões por reajustes salariais, acima do que seria mais coerente com os objetivos de controle da inflação, contribuíram também para que se gerassem pressões inflacionárias de custo e demanda, além de criar expectativas alistas em todo o sistema.

A política adotada pelo Governo com vistas a reverter o processo inflacionário busca compatibilizar objetivos que, à primeira vista, parecem conflitantes, tais

como: manter uma taxa razoável de crescimento da economia e do emprego, reduzir a taxa de inflação e reequilibrar o balanço de pagamentos — via aumento das exportações e contenção das importações, ao mesmo tempo em que procura resolver o problema energético.

A estratégia desenvolvida, para que esses objetivos sejam harmonicamente atingidos, está sendo implementada através de medidas básicas que visam:

- a) dinamização da produção agrícola, como meio de reduzir as pressões do item alimentação do custo de vida e de gerar excedentes exportáveis em níveis que possam complementar o esforço geral de atingir US\$ 20 bilhões de exportações, ainda em 1980; e
- b) redução do desequilíbrio financeiro da União, cujos déficits têm-se constituído em uma das principais causas da inflação no Brasil. Esse objetivo será atingido, entre outras, com as seguintes providências:
  - b.1) redução e eliminação, em alguns setores, dos subsídios creditícios a fim de diminuir a pressão sobre a demanda de recursos inflacionários, ao mesmo tempo em que se estimula uma alocação mais racional dos recursos;
  - b.2) eliminação de incentivos fiscais com elevado peso sobre as receitas da União, de que é exemplo mais marcante o crédito-prêmio de IPI, cujo papel de incentivo às exportações foi substituído por uma taxa de câmbio mais realista;
  - b.3) absorção paulatina, pelo Orçamento da União, de dispêndios com os subsídios ainda indispensáveis, que até 1979 eram suportados basicamente pelo Orçamento Monetário, o que funcionava como canal implícito de geração de déficit público, dificultando também a execução da política monetária ;
  - b.4) compatibilização dos orçamentos das empresas estatais com a efetiva disponibilidade de recursos não inflacionários, eliminando-se a possibilidade de realização de dispêndios com base em recursos a definir.

Além dessas medidas, as políticas fiscal e tributária, monetária e de controle de preços desempenharão um importante papel nessa estratégia.

Através da política fiscal e tributária, buscar-se-á maior equidade na distribuição da carga fiscal entre os diversos segmentos da sociedade e a melhoria da receita pública, inclusive através do aumento da eficiência do sistema de arrecadação, permitindo que a geração de recursos não inflacionários possa complementar o esforço de financiamento dos investimentos e atividades prioritários ao nosso desenvolvimento.

No campo específico da política monetária e creditícia, a preocupação básica será a de fazer com que a disponibilidade de crédito bancário seja suficiente para dar suporte ao desenvolvimento normal dos negócios, mas não abundante a ponto de funcionar como fator de alimentação da inflação.

Assim, a taxa de aumento do estoque de moeda na economia deverá ser decrescente nos próximos meses, a fim de que se possa consolidar a tendência declinante na taxa de inflação, evitando-se, porém, qualquer efeito recessivo na economia.

O Governo atuará gerenciando as variáveis condicionantes de oferta de moeda, quais sejam: volume de crédito do Banco Central e Banco do Brasil; nível do resultado de caixa do Tesouro Nacional; nível do financiamento dos dispêndios através da emissão de títulos da dívida pública; nível das reservas cambiais, além dos elementos clássicos de controle monetário, como as operações de mercado aberto, os recolhimentos compulsórios dos bancos e as taxas de desconto.

Com relação ao mercado financeiro, as medidas tomadas objetivam quebrar a rigidez das taxas nominais de juros, fator que tanto contribuiu para exacerbar a procura de crédito subsidiado e para realimentação contínua das expectativas inflacionárias.

A fim de reverter totalmente essas expectativas, o Governo decidiu também fixar tetos para as correções cambial e monetária a vigorar este ano, além de executar programa integrado e coerente de controle de preços de setores e atividades considerados críticos.

O teto de correção monetária, afora o seu papel de inibidor de expectativas inflacionárias, representa, também, importante elemento de referência e, principalmente, de confiança, para os agentes econômicos, que, em outras circunstâncias, teriam grandes dificuldades em definir seus planos de ação e tomar decisões em horizontes de prazos mais longos.

Quanto à correção cambial, a fixação do teto de 40% evidencia, de igual modo, a firme decisão do Governo em reduzir a inflação, pois, do contrário, o descompasso entre a inflação interna e a externa poderá colocar em risco o objetivo de reequilibrar nossas contas externas.

Na política de controle de preços, o Governo leva em conta o seu papel decisivo e estratégico nesta etapa de reversão do ritmo inflacionário. Seu funcionamento adequado ajuda a prevenir reajustes de preços derivados de expectativas pessimistas sobre a inflação futura e a coibir manobras especulativas, especialmente de setores monopolistas ou oligopolistas. É, também, importante instrumento de melhor distribuição dos encargos da política de combate à inflação que, de outra forma, tenderiam a se concentrar nos segmentos mais frágeis da sociedade.

Nesse contexto, medida de elevada importância consistiu na centralização, em um só órgão, da responsabilidade pela formulação e execução da política de preços e abastecimento, permitindo que os objetivos a alcançar nessas duas áreas, às vezes conflitantes, possam ser harmoniosamente compatibilizados.

Passada a fase mais árdua da política de combate à inflação, os controles diretos poderão se limitar a alguns setores estratégicos. Será possível, então, devolver ao mercado o papel primordial na formação dos preços.

Em meio a todo esse quadro de dificuldades, não se pode esquecer a importância de adequar as variáveis de natureza econômica com as de cunho político-

social resultantes do momento em que vive a Nação, o que torna, sem dúvida, o processo de tomada de decisões mais delicado.

Assim, como afirmamos inicialmente, o problema não é apenas o de reduzir o ritmo inflacionário, mas o de fazê-lo dentro de uma estratégia que permita compatibilizar dinamicamente todas essas variáveis.

O Governo tem plena consciência de que a inflação deve ser combatida em todos os flancos, tendo em vista as distorções e desequilíbrios que provoca sobre a economia em geral e sobre a vida dos cidadãos em particular. Também se acha convicto de que possuímos as condições para superar os grandes desafios que o País defronta, principalmente porque conta com a solidariedade e a cooperação da classe empresarial e de todos os segmentos da Nação, sem o que, naturalmente, todos os esforços seriam frustrados.